



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

# **BREVES REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER E FEMINISMOS A PARTIR DE INVESTIGAÇÃO SOBRE PRÁTICAS COMUNICACIONAIS DE COLETIVOS FEMINISTAS**

Autora: Bruna Lapa da Guia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Lapaguia.bruna@gmail.com

**Resumo:** Neste texto objetivo busco refletir sobre os feminismos e a questão da identidade, problematizando a categoria mulher tendo como base uma reflexão sobre gênero como categoria de análise. Considero os feminismos, enquanto movimento político e social, como um sistema de ideias, lógicas e práticas de transformação que se baseiam na oposição à assimetria e desigualdade de gênero. Não se trata, no entanto, de um movimento unívoco, unificado e homogêneo, mas de sim de feminismos múltiplos e híbridos que possuem pontos de vista compartilhados ou não, diferentes e muitas vezes contrastantes e confrontantes entre si, em transformação. Tendo como ponto de partida que, em minha proposta de tese, busco entender como (e de que forma) se dá a construção e o exercício de uma cidadania comunicativa por parte de coletivos feministas e de suas integrantes (investigando, assim usos e apropriações comunicacionais desses sujeitos comunicantes), também objetivo pensar a construção de cidadania comunicativa por uma lente de análise voltada às relações de poder e gênero.

Palavras chave: Gênero; Feminismo; Cidadania; Comunicação; Relações de Poder.

## **Introdução**

No estágio atual de pesquisa de tese, busco investigar as possibilidades de construção e exercício de cidadania comunicativa a partir de práticas comunicacionais, apropriações de midiáticas realizadas por mulheres participantes de coletivos feministas em Porto Alegre. Essa busca foi amparada por uma perspectiva mais alargada do conceito de cidadania, que abrange a percepção das relações de gênero e poder que atravessam e constituem as práticas cidadãs e

comunicativas partindo, para isso, de contextos específicos e localizados para tentar compreender fenômenos mais amplos.

Nessa perspectiva, entendo, que o exercício de cidadania comunicativa pode vir a possibilitar que os sujeitos desenvolvam capacidades e lógicas de maior autonomia comunicacional, social, política e cultural vinculadas a um exercício de democracia. Posto isso, inicialmente pretendo guiar a pesquisa de doutorado a partir do seguinte



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

questionamento: Como se configuram as práticas comunicacionais de coletivos feministas e das mulheres participantes nas mídias digitais e no espaço urbano e como se vinculam à constituição de cidadania comunicativa vinculada ao gênero?

Nesse texto, no entanto, busco traçar reflexões acerca do feminismo e das relações de gênero e poder –que serão categorias chaves para a construção do meu caminhar nessa investigação. Trata-se portanto, de um texto sobre dúvidas e sobre uma aproximação, inicial, com os estudos de gênero. Pretendo, assim, refletir sobre gênero como uma categoria analítica potente para tensionar e ampliar o conceito de cidadania. Vale ressaltar, no entanto, que o campo de teorias de gênero não é unívoco, nem conflitos ou embates. Há várias formas de se conceber, entender e analisar gênero, optamos portanto, por uma das formas possíveis, atreladas ao entendimento de relações de poder construído por perspectivas pós-estruturalistas.

### **Breves reflexões sobre feminismo, identidades e a categoria mulher**

Tendo como ponto de partida que, em minha proposta de tese, busco entender como (e de que forma) se dá a construção e o exercício de uma cidadania comunicativa

por parte de coletivos feministas e de suas integrantes (assim usos e apropriações comunicacionais desses sujeitos comunicantes), considero relevante apresentar breves questões sobre os movimentos feministas problematizando a categoria mulher para melhor compreender a noção de gênero.

Recorro a Tomazetti (2015) para considerar o feminismo, enquanto movimento político e social, como um sistema de ideias, lógicas e práticas de transformação que se baseiam na oposição à assimetria e desigualdade de gênero. Não se trata, no entanto, de um movimento unívoco, unificado e homogêneo, mas de sim de feminismos múltiplos e híbridos que possuem ideias e pontos de vista compartilhados ou não, diferentes e muitas vezes contrastantes e confrontantes entre si, em transformação. A autora Célia Regina Pinto (2009) destaca uma característica teórica do movimento, ou seja, uma capacidade de reflexão crítica que desencadeia a formação de conceitos e teorias. De acordo com a autora podemos conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do movimento, ou seja, sua trajetória, e da produção teórica feminista. Segundo Guacira Lopes Louro (1997) a partir da chamada segunda onda do feminismo



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

militantes feministas trouxeram para dentro da academia questões que se conectavam com suas experiências pessoais, que as mobilizavam e interessava. Conseqüentemente, ao realizar esses movimentos interessados, as teóricas feministas tencionavam e problematizavam valores caros ao mundo acadêmico daquele contexto (valores que ainda encontram grande espaço nas universidades ocidentais contemporâneas) como a neutralidade e a imparcialidade no fazer científico. Assumiam assim que “tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 1997, p. 19).

Ao longo de sua trajetória histórica, percebe-se que o movimento feminista se desenvolveu marcado por diferentes momentos e demandas de luta que o configuraram no que diz respeito a sua vertente política e ideológica em contato com as transformações estruturais e culturais da sociedade (TOMAZETTI, BRIGNOL, 2015). Em função de uma facilidade didática, é convencional subdividir a história desse movimento a partir do que é denominado de ondas. Vale ressaltar no entanto, que os movimentos feministas e movimentos de mulheres

constituíram caminhos e trajetórias que possuem múltiplas dimensões e, assim, podem ser narradas de diversas formas sob diferentes óticas (Meyer, 2003).

São apresentadas, geralmente, três grandes ondas que configuram este pensamento: a primeira onda, data do final do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial e configura um feminismo demarcado pela luta por direitos, [...], marcada pela ascensão do movimento sufragista principalmente nos EUA e na Inglaterra. A segunda onda, definida pelo período de efervescência política e cultural da década de 1960, advém de um processo de transformações na economia mundial e transnacionalização dos estados capitalistas, este período deflagra o início da produção teórica e a força da prática militante do movimento sob o escopo do feminismo radical. A terceira onda do feminismo, ou feminismo contemporâneo, como preferimos denominar, é assinalada através das vertentes que surgem a partir do final da década de 1980 até a atualidade. (TOMAZETTI, BRIGNOL, 2015, p.3)

De acordo com Mariano (2005), é comum encontramos textos teóricos que identifiquem na fase inicial do feminismo uma busca por uma unidade em torno da categoria mulher como categoria universal, por algo que as unisse em torno de um elo comum, assim surgia uma busca pelas origens de uma opressão feminina universal. Dessa forma, reivindicavam um espaço de atual política e social para as mulheres. Nessa fase inicial o grande objetivo dessas estudiosas era dar visibilidade àquela que havia sido historicamente ocultada das narrativas científicas, histórias e antropológicas.



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Dessa forma, os estudos iniciais eram formados, muitas vezes, por descrições do trabalho e da vida de mulheres em diferentes espaços. Havia assim uma disposição de construir uma história, psicologia ou sociologia da mulher (LOURO, 1997).

Mariano (2005) aponta que na fase inicial, o conceito de patriarcado e a noção de uma história comum de opressão feminina colaboraram para uma busca de uma unidade e universalidade em torno da categoria Mulher. De forma geral uma noção de biologia feminina (que incluía além dos aspectos físicos do corpo, uma ideia de maternidade e sexualidade heterossexual) era utilizada como base para explicar uma origem da opressão das mulheres (MARIANO, 2005). O que se mostrou uma concepção limitadora para buscar analisar as desigualdades de gênero.

No entanto, entendo esse exercício inicial dos estudos feministas como também uma tentativa, ainda que com limitações, de ruptura com uma noção de sujeito social vigente que era sobretudo masculino, o homem universal (branco, heterossexual, burguês) que excluía tudo o que não se encaixava em sua sombrinha. No entanto os estudos iniciais que buscavam uma origem da opressão feminina e que, assim, se empenhavam em

construir uma unidade em torno das mulheres, um sujeito do feminismo que universal não conseguia romper com o determinismo biológico e com noções essencialistas e lógicas excludentes acerca da mulher e do sujeito social.

Inspirado pelos ideais iluministas, o pensamento liberal, que marcou a época moderna, trazia a noção do sujeito social como universal, racional, livre e autônomo (MARIANO, 2005). De acordo com Mariano (2005) essa perspectiva de entendimento do sujeito enquanto universal lhe atribuía um valor de unidade e homogeneidade. Contudo a tentativa de uma unidade do sujeito desconsidera uma gama de diversidades que essa noção moderna e liberal (ainda vigente no senso comum) do sujeito social não consegue contemplar. Nesse sentido teorias marxistas e teorias feministas construíram críticas à essa noção de sujeito universal e abriram o caminho para a percepção de uma necessidade de descentramento do sujeito.

Desse modo, de acordo com Mariano (2005) as tentativas de se criar uma noção unificada de mulher e do sujeito do feminismo recebeu críticas das feministas negras, das latino-americanas, das feministas de ex colônias e das feministas lésbicas. Já que uma tentativa de



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Mulher universal também se mostra limitadora ao não conseguir agregar as diversas experiências das mulheres, culturas e contextos que as envolve, os modos de intersecção dos marcadores sociais e ao não conseguir romper com um pensamento essencialista e binário que estabelece o que são homens e mulheres nem com lógicas de hierarquização entre as mulheres. “Trata-se da crítica ao feminismo branco ou dominante, colocando em questão o que é ser mulher e denunciando que a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante” (MARIANO, 2005, P.489).

Assim, apesar de possuir relevância histórica, a busca por uma unidade, uma base em comum e uma opressão em comum a todas as mulheres não resolve as limitações da noção de sujeito social moderna, nem consegue dar conta de explicar a assimetria entre homens e mulheres. Como não há uma única forma universalizante de ser mulher, não há uma única forma de opressão que consiga explicar as desigualdades de gênero. Assim como só a inclusão e evidencialização de mulheres (apesar de muito relevante) nas narrativas históricas, reivindicando espaço político e social não “resolvia de todo o problema com o universalismo, o essencialismo e o

binarismo que constroem hierarquias e subordinações (MARIANO, 2005, p. 484).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente diferentes e que por isso devem desempenhar papéis diferentes em uma relação complementar funcionou muitas vezes (tanto no meio acadêmico quanto no senso comum) para tentar compreender e para criar justificativas sobre a desigualdade social de gênero (LOURO, 1997). No entanto, recorro à autora Marcia Veiga (2015) para entender que as desigualdades se produzem no campo da cultura e do simbólico, e não do biológico. Dessa forma, de acordo com Mariano (2005), a necessidade de um modo de análise que rompesse com o determinismo biológico e incluísse e examinasse as categorias sociais por um novo ângulo abriu caminho para o desenvolvimento das teorias de gênero.

Assim, de acordo com Louro a emergência do gênero como nova categoria de pensamento apresentou uma virada epistemológica para os estudos feministas. Para a autora, gênero possibilitava, assim, ir além da construção de uma ciência sobre as mulheres, das mulheres, para analisar a construção cultural e social do feminino e masculino (e o que essas categorias representam socialmente), colocando em foco o modo como a partir dessas





**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

categorias de diferenciação os sujeitos eram constituídos e se constituíam, imersos em relações de poder.

Essa perspectiva acerca das relações de gênero, nos possibilita buscar compreender os modos de construção de desigualdades não nas diferenças biológicas (sendo que talvez as diferenças de sexo não possam ser compreendidas fora das lógicas sociais que se inserem, de forma pré-discursiva) mas sim na história, nos modos de operação e construção de culturas, nos modos de representação, nas condições de acesso aos recursos em uma sociedade e nos modos como se forjam os arranjos sociais (LOURO, 1997). Assim, coloca-se em foco, para problematizar tais questões, o campo do social e o campo simbólico. Não se trata de desconsiderar as diferenças que os corpos abrigam (diferenças biológicas) e sim de colocar em fase os processos de construções histórias e sociais produzidas sobre essas diferenças, ou seja, os modos como social e culturalmente tais corpos foram sendo significados, reconhecidos e caracterizados.

Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) posições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens

são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 22).

No entanto, Guacira Louro (1997) ressalta que entender gênero como uma construção social relacional não significa que devemos pensá-lo como a construção de papéis masculinos e femininos, já que entende que a noção de papéis a serem desempenhados pode acarretar entendimentos simplistas e redutores. Assim, de acordo com a autora essa concepção não nos permite analisar as múltiplas formas que as masculinidades e feminilidades podem assumir no tecido social nem conseguia possibilitar maiores entendimentos acerca das complexas relações de poder que envolvem e forjam as relações de gênero, assim como suas desigualdades e hierarquizações. Dessa forma, recorro à autora para entender que mais do que funcionar como representação de papéis, as relações de gênero integram a formação das identidades dos sujeitos.

“Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (LOURO, 1997, p. 25)”.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nesse sentido, ressalto que identidade é um conceito complexo e que pode ser formulado de múltiplas formas, a partir de diversas perspectivas e matrizes teóricas. Em sintonia com as abordagens trabalhadas durante a disciplina, recorro à Stuart Hall (1999) para entender as identidades como um constructo em constante movimento e transformações. Para Hall (1999), a ideia de uma identidade plena, completa unificada e coerente é ilusória. Sendo que os sujeitos assumem diferentes identidades em diferentes épocas e situações de sua vida, que não são fixas, permanentes, unívocas e coerentes em torno de um “eu” pronto, podendo até mesmo serem identidades contraditórias nos empurrando em diversas direções. Podemos assim, adquirir sentimentos de pertença a variados grupos (conectados ou não à marcadores sociais), em uma trama de relações de identificação complexas e multidimensionais.

Dessa forma, nossas identificações se dão em processos de contínuos deslocamentos e, penso, até mesmo desconstruções. “a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais

poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL 1999, p. 13)”. Assim, essa perspectiva me permite entender que também as identidades e identificações de gênero são inter-relacionais, são sempre instáveis, e passíveis de transformações, de resignificações. São portanto, sempre construídas, e não dadas a priori ou de forma pré-discursiva (LOURO, 1997).

Portanto, por essa ótica, entender gênero como parte constituinte da identidade dx sujeitx nos faz pensar na categoria Mulher (assim como a categoria Homem e todas as outras possíveis que não estão incluídas no modo de entendimento binário) como uma categoria em aberto, capaz de rearranjos. O que não significa desconsiderar a existência de mulheres e de suas práticas políticas representativas.

Essa discussão, particularmente, é cara a minha proposta no momento em que me proponho a analisar e buscar entender mais acerca de práticas comunicacionais de integrantes de movimentos feministas visando a construção de uma cidadania comunicativa. Sendo que entendo, a partir de Cortina (2005) que a cidadania deve ser pensada de forma multidimensional (contemplando aspectos culturais, sociais, políticos e também subjetivos, entre outros); também pode ser compreendida a



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

partir da inter-relação entre o sentimento de pertença, as identidades individuais e coletivas e práticas sociais, elementos que se atravessam.

Nessa visada, Cortina (2005) entende que na busca por uma cidadania plena e uma democracia sustentável, a dimensão racional da justiça e o sentimento de pertença a uma comunidade concreta precisam ser considerados juntos. Percebemos, assim, que se entender e se sentir cidadão pertencentes ou identificados a uma dada comunidade pode motivar (não determinar) os sujeitos a se engajar e trabalhar por essa comunidade. Vale ressaltar que, para Cortina (2005), a identidade é pensada de forma ampla, não como algo que nos é dado, mas sim negociado, construído e assumido - sendo as lutas sociais relevantes no processo de reconhecimento desses significativos. Sendo que as identidades se constroem a partir da diferença e da interpelação do outro. Ao falar e agir os seres humanos são capazes de se distinguir-se um dos outros e revelar suas identidades pessoais próprias, construindo quem são e aparecendo ativamente ao mundo humano (ARENDRT, 2007).

Assim, essa discussão nos leva a pensar nas inter-relações entre as identificações de gênero e o feminismo

enquanto movimento e posicionamento político, e assim nos leva a pensar na construção do sujeito do feminismo. O debate a respeito do sujeito do feminismo, tanto na academia quanto na militância não é feito sem tensionamentos, mas sim com múltiplas óticas, defesas e embates. Há diversas formas de entender a questão, perspectivas que se baseiam em diferentes conceitos, teorias, ideologias, experiências e experimentações. Este texto, não pretende ser conclusivo, mas sim uma tentativa de reflexão sobre uma perspectiva de gênero será relevante na construção teórica e metodológica de minha proposta. Portanto, como posso pensar as inter-relações entre identidade (entendida como construção em movimento), identificações de gênero e exercício, construção e prática cidadã?

De acordo com Mariano (2005), em sua reflexão sobre o sujeito do feminismo, desconstruir uma ideia fixa de identidade e do sujeito não significa declarar sua morte. Assim, desconstruir a categoria Mulher não quer dizer abandoná-la, mas sim, ressignificá-la. Uma caracterização fixa e unívoca sobre o feminino, não é, dessa forma, pressuposta nem desejada, por restringir os sujeitos que espera representar, e por disfarçar uma





**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

experiência de gênero variada e contraditória (BUTLER, 2003).

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de uma produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior a cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25).

Butler (1998) não contesta uma necessidade política do feminismo de se falar enquanto mulher e pelas mulheres, pois reconhece que é desta forma que a política representativa funciona. Concorde assim com reivindicações e manifestações em nome das mulheres. No entanto, a autora entende que essa necessidade precisa ser reconciliada com outra, a compreender a mulher por uma visão menos limitada do feminino. Uma vez que uma especificidade é articulada, há a resistência dentro do próprio grupo que está supostamente unido por um articulação do seu elemento em comum. Butler (1998) discorda, dessa maneira, de uma visão unívoca sobre o ser mulher. A autora considera a possibilidade de que

apenas diante de uma liberação da categoria mulheres de um referente fixo, algo como uma capacidade de agir se torne possível. Já que se o termo permite uma ressignificação, novas configurações se tornam possíveis. De acordo com Butler (1998), ao longo da história, o que significa ser mulher foi dado como certo, e o que foi configurado como “referente” do termo se fixou, naturalizado em posições de subordinação. Assim, o significado se fundiu ao referente, de forma tal que um conjunto de significados foi levado a ser inerente a uma natureza real das mulheres. Portanto, autorizar a categoria mulheres como um lugar de ressignificações possíveis é ampliar as possibilidades do que significa ser mulher.

Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a “identidade” como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo “mulheres” não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. (BUTLER, 1998, p.25).



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Dessa forma, Butler (1998) defende que a divergência entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo “mulheres” devem ser preservadas e valorizadas. E que essas divergências deveriam ser afirmadas como fundamento infundado da teoria feminista. Para a autora, desconstruir o sujeito do feminino, não significa censurar a utilização do termo, mas sim liberar o termo para um futuro de diversas significações. Libertando-o assim de ontologias maternas e racistas, as quais esteve relacionado durante a história do movimento feminista e fazer desse conceito um lugar onde significados não antecipados possam emergir (BUTLER, 1998).

Em sintonia com essa perspectiva, Guacira Louro (1997) ressalta que se percebemos que os sujeitos se constituem a partir e em múltiplas identidades e se concebemos que as identidades são mutáveis, transitórias e parciais a noção de uma identidade explicativa universal se torna muito limitante. Nesse sentido, recorrendo à autora, entendo, assim, que também é limitadora a ideia de que há uma (a) categoria social que centralizasse e fosse a base da compreensão da formação de desigualdades e contradições da sociedade (LOURO, 1997). Seja ela de gênero, raça ou classe social, por exemplo.

Penso, dessa forma, que os marcadores sociais são categorias que devem ser pensadas de forma conjunta, em inter-relações, atravessamentos e tensionamentos na trama social e sempre inseridos em relações de poder, de hierarquização, dominação, subordinação e também de resistência. Portanto, nesse entrelaçado de nossa sociedade contemporânea ocidental, um mesmo sujeito pode viver simultaneamente várias condições de subordinação que se atravessam.

### **Buscando refletir sobre gênero como categoria analítica**

Em sua utilização mais comum de gênero tem sido usado como sinônimo de mulher, uma outra forma para se falar dos estudos sobre as mulheres. No entanto, quando falo de gênero, a partir do que foi trabalhado nas discussões em sala de aula, falo de gênero como uma categoria relacional que nos possibilita tensionar e problematizar como as diferenças de corpos foram e são transformadas socialmente em desigualdades de gênero, engendradas em complexas relações de poder, subordinação, privilégios e prestígios (sem desconsiderar nesses processos as múltiplas formas de resistência). No entanto, penso também



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

que falar de gênero, considerando as relações de poder, necessita ir além dos corpos generificados e perceber o gênero como um sistema de ordenação social que está presente em várias instâncias e dimensões de nossa sociedade. Dessa forma, quando falo de gênero, falo não apenas sobre mulheres, mas também sobre homens e, principalmente, sobre códigos simbólicos e modos de conhecimento; Sobre um modo de organização social (ou uma ferramenta) para qualificar, especificar, hierarquizar e valorar não só os seres humanos, como suas lógicas, práticas, valores sociais e culturais, seus modos de se posicionar sobre o mundo, de ensinar, de fazer política, de se manifestar, seus modos e possibilidades de agir e construir saberes. Assim, as relações de gênero e poder extrapolam os corpos sexuados e podem ser entendidas, em nossa sociedade, como presentes sem qualquer coisa do mundo, em todas as esferas sociais.

Em nossa sociedade, atribuímos valores aos gêneros, os classificamos e hierarquizamos, e dessa forma, atribuímos valores generificados (convencionalmente associados ao masculino e ao feminino) às pessoas, aos costumes, aos esportes, às instituições. Dessa maneira a vida social vai se organizando e delimitando o que é

esperado ou melhor aceito, de modo convencional, de nós em cada uma de nossas experiências. As relações de gênero e poder são um dos dispositivos de poder que, de certa forma (e em vários e diferentes graus e contextos), vão disciplinando nossas condições sociais de vida e morte (VEIGA, 2015).

Assim, buscar compreensões a respeito das relações de gênero e poder, por essa ótica, também nos possibilita atentarmos às múltiplas formas de resistência e desconstrução dos sujeitos, assim como nos permite problematizar o modo de conhecimento do binarismo, e, conseqüentemente, nos atentar para uma necessidade de rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária (SCOTT, 1995). “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTTLER, 2014, p.3)”.

Se identificamos aspectos de construção social em movimento em categorias como gênero, sexualidade e identidade, e as concebemos como complexas, passíveis de transformação, ressignificação, podemos conceber com mais facilidade a capacidade de resistência



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

e de agência dos sujeitos, a capacidade de pensar estratégias e possíveis modos de funcionamento diferentes aos vigentes na nossa contemporaneidade. Modos que podem ser pensados com o objetivo de combate à transformação de diferenças em desigualdades, por exemplo

Desse modo, quando nos dispomos a discutir a produção de diferenças e de desigualdades de gênero, considerando-se todos estes desdobramentos do conceito, também estamos ou deveríamos estar, de algum modo, fazendo uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, em função tanto de seu gênero quanto em função de articulações de gênero com raça, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc. (MEYER, 2003, p.19).

Assim, recorro à Joan Scott (1995) para entender gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995, p. 86), e também como “uma forma primária de dar significado às relações de poder (idem)”. Para tornar mais visualizável essa perspectiva, recorro à Scott (em sua leitura de Rosaldo) para ressaltar que o lugar da mulher na vida social não é fruto direto de suas ações, do que ela faz, mas sim do modo como suas ações adquirem significados por meio de interações sociais. As relações de gênero operam assim, no campo do simbólico, e atrelada à relações de poder. Desta forma, na perspectiva pós estruturalista de estudos

de gêneros com a qual pretendemos nos conectar, precisamos observar as relações de gênero como atreladas às relações de exercício do poder. Entendemos, portanto, que o gênero se entrelaça às lógicas de poder que constituem o tecido social e que produzem regulações e sentidos de naturalização e normatividade (SCOTT, 1995). Guacira Louro (1997), em sua leitura de Foucault, entende que o poder opera como uma rede que de forma capilar se constitui em toda a sociedade. Nessa visada, o poder deve ser entendido como uma estratégia, um exercício e não algo que alguém possui por si só, se dá em processos e relações (LOURO, 1997). De acordo com essa perspectiva teórica, a ideia de que um polo possui estavelmente o poder, enquanto o outro não, pode ser limitadora para buscar compreender os modos de operação e manutenção do poder. Deve-se, portanto, pensar em exercícios de poder e em formas múltiplas de resistência (LOURO, 1997).

De acordo com a leitura de Guacira Louro (1997), para Foucault o poder não é compreendido apenas como negativo e coercitivo, mas também em seu caráter positivo e produtivo. Ou seja, o poder também pode ser criador, produzir e construir algo, incitar ações e lógicas. Nesse sentido, a autora Marcia Veiga



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

(2015), recorrendo a Foucault, percebe o poder como poder-saber, como um híbrido complexo e inseparável. De acordo com essa perspectiva, nossas condições sociais de vida e morte são organizados por dispositivos de poder que endossam a sujeição, dispositivos que devem ser pensados não de forma restritivamente a partir de indivíduos, mas sim analisados a partir de circunstâncias epistêmicas e históricas que possibilitaram modos de conhecer o mundo a partir de determinados conceitos e formas de racionalidade (VEIGA, 2015). Assim, Veiga (2015) em uma leitura de Foucault entende que o híbrido poder-saber atua em dinâmica de rede, perpassando sujeitos e objetos sociais por meio de regimes de verdade que se constituem como saber a partir de lugares de poder.

Dessa forma, tais regimes de verdades influenciam e colaboram na construção de modos de entender e conhecer o mundo, tornando-se parte dos modos de operação de relações de poder. “Atravessando as práticas sociais e discursivas, esses regimes de verdade forjam a normalização social, instituindo o nós e o Outro. Incidem nas possibilidades de pensamento com a criação do que Foucault denominou de episteme, um sistema coerente de ideias e valores

formulados pelo conjunto de contextos discursivos que servem como matriz das formas coletivas de representação da realidade (VEIGA, 2015, p.32).”. Assim, o discurso, e conseqüentemente, as práticas comunicacionais podem ser tornar um locus privilegiado de observação de como se constroem e operam lógicas e relações de poder em uma sociedade.

Portanto, a partir dessas perspectivas e primas o gênero pode ser adotado como categoria de análise que nos ajuda a problematizar os modos como as convenções e naturalizações sociais a respeito do feminino e masculino forjadas na trama social em meio à complexas teias de relações de poder. Nos permite, dessa forma, nos questionarmos sobre os modos como essas convenções produzem hierarquias e desigualdades (VEIGA, 2013). Recorro à Bonetti (2009) para entender gênero como categoria epistemológica que possui o poder como base semântica.

Assim a categoria epistemológica gênero, tal como proposta por determinada antropologia feminista, vai além. Ela pretende iluminar como a agência humana, as convenções e práticas de gênero, as relações sociais empenhadas em sistemas de distribuição desigual de prestígios e privilégios se originam, em que formação social estão situadas e quais suas condições de possibilidade (BONETTI, 2009, p.219).





**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Assim, no atual momento, possuo muito mais dúvidas do que insights ou compreensões fundamentadas. Não pretendo respondê-las, mas sim apontá-las, como um algo para começar a guiar o início de minha caminhada. Como posso pensar a cidadania comunicativa por um prisma de gênero que contemple as relações de poder? Como o uso e apropriação da tecnologia (especialmente a internet) atravessa as construções de cidadania comunicativa e o entendimento acerca das relações de gênero? As tentativas de tornar a prática militante dentro dos coletivos mais horizontal e democrática podem ser lidas como tentativas de ruptura com lógicas masculinistas de se manifestar e se posicionar politicamente?

Logo, partindo das perspectivas abordadas, penso que as relações de gênero e poder devem ser uma categoria analítica, metodológica e epistemológica chave para a construção do meu caminho investigativo. Assim, tomando a esfera do político como um espaço semântico masculino –considerando que os valores e atributos desse campo são culturalmente associados ao masculino (BONETTI, 2002), me interessa analisar como se dá as relações de poder e a atribuição de valores de gênero entre as militantes dos coletivos

feministas que pretendo analisar. Me interessa dessa forma observar como elas se organizam, como distribuem poder, como trabalham as relações de gênero e as interseccionalidades e como produzem discursos em prol de uma construção de cidadania científica.

## REFERÊNCIAS

- BONETTI, Alinne. Sermessuaqs cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: TAQUETTE, Stella (org.) AIDS e Juventude: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro, 2009.
- BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”**. Cadernos Pagu. V.11. 1998. p. 11-42. Disponível em: file:///C:/Users/Bruna/Downloads/cadpagu\_1998\_11\_2\_BUTLER.pdf
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista, Petrópolis, RJ, Vozes, 1997
- MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto Alegre, 1995
- SILVA, Marcia Veiga. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (tese). Porto Alegre, 2015.